



PROPOSTA N.º 162/2017

Assunto: Aprovar o projeto da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal.

Pelouros: Planeamento, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Espaço Público: Vereador Manuel Salgado

Estrutura Verde e Energia: Vereador José Sá Fernandes

Serviços: DMU / Departamento de Planeamento

DMAU / Departamento da Estrutura Verde

Considerando que:

Através da Deliberação n.º 673/CM/2016, a Câmara Municipal de Lisboa, na sua reunião pública de 30 de novembro de 2016, aprovou o projeto da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa, para efeitos de submissão a consulta pública, por um período de 20 dias úteis;

Durante o mencionado período de consulta pública, que decorreu de 3 de janeiro a 30 de janeiro de 2017, a proposta da Estratégia esteve disponível para consulta, foi apresentada em sessão pública, que incluiu debate e esclarecimento das questões suscitadas, e os interessados tiveram ainda a oportunidade de formular sugestões sobre a mesma;

Foi efetuada a devida ponderação em função das participações recebidas, com reflexos na redação final da Estratégia, conforme consta do documento que constitui o Relatório de Ponderação da



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Discussão Pública da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) de Lisboa, em anexo à presente proposta;

Conforme já assumido no início deste processo, é reconhecida atualmente a inevitabilidade das consequências das Alterações Climáticas, tornando necessária a adoção de medidas de adaptação, que tornem resiliente e sustentável o desenvolvimento dos nossos territórios, enquanto palco e suporte do desenvolvimento social e económico;

Daqui resulta a necessidade de elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) no contexto do projeto "ClimAdaPT.local", pretendendo-se integrar a estratégia nas ferramentas de planeamento municipal, bem como capacitar os serviços municipais e integrar os atores locais;

A participação na Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas proposta pelo projeto Climadapt.pt constitui uma oportunidade de aprofundamento e de articulação das várias políticas setoriais em desenvolvimento entre os 26 municípios que o integram, para o reforço de uma ação concertada e transversal de aumento da resiliência do território face aos cenários próximos e futuros resultantes das Alterações Climáticas;

Este trabalho constituirá uma ferramenta valiosa para a prossecução dos objetivos de adaptação climática e para uma maior sustentabilidade ambiental e, em suma, para uma melhor Cidade;

Para o efeito, se considera da maior relevância e oportunidade aprovar o projeto da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa e sujeitar a sua apreciação à Assembleia Municipal de Lisboa.

Assim, temos a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere, ao abrigo do disposto nos artigos 23.º e 32.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro de 2013:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Aprovar a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa, em anexo à presente proposta, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal de Lisboa.

Lisboa, Paços do Concelho, 29 de março de 2017.

O Vereador

Manuel Salgado

O Vereador

José Sá Fernandes

Elementos anexos à proposta:

- Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa
- Relatório de Ponderação da Discussão Pública
- Informação Técnica n.º 4/DMU/DP/DPDM/2017



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Planeamento
Divisão de Plano Diretor Municipal

DACM
Prop. n.º 162/2017
Fls. _____

Exmo. Senhor
Diretor do Departamento de Planeamento
Arqt. Paulo Prazeres Pais

Informação n.º
INF4/DMU/DP/DPDM17

Data
14-03-2017

Assunto: Estratégia Municipal de adaptação às alterações climáticas (EMAAC)

Informação

Através da Deliberação n.º 673/CM/2016, a Câmara Municipal de Lisboa, na sua reunião pública de 30 de novembro de 2016, aprovou o projeto da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa, para efeitos de submissão a consulta pública, por um período de 20 dias úteis;

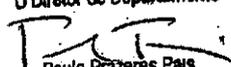
Durante o mencionado período de consulta pública, que decorreu de 3 de janeiro a 30 de janeiro de 2017, a proposta da Estratégia esteve disponível para consulta, foi apresentada em sessão pública, que incluiu debate e esclarecimento das questões suscitadas, e os interessados tiveram ainda a oportunidade de formular sugestões sobre a mesma;

Foi efetuada a devida ponderação em função das participações recebidas, com reflexos na redação final da Estratégia, conforme consta do documento que constitui o Relatório de Ponderação da Discussão Pública da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) de Lisboa, em anexo à presente proposta;

Conforme já assumido no início deste processo, é reconhecida atualmente a inevitabilidade das consequências das Alterações Climáticas, tomando necessária a adoção de medidas de adaptação, que tornem resiliente e sustentável o desenvolvimento dos nossos

Despacho

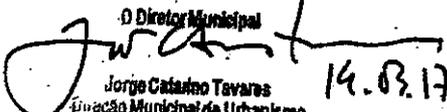
SR. DIRETOR MUNICIPAL
ARQ. JORGE CATALINO
TAVARES,
CONCORDO

O Diretor de Departamento

Paulo Prazeres Pais
Departamento de Planeamento

14.3.2017

Às h. Veredas

Quando

O Diretor Municipal

Jorge Catalino Tavares
Direção Municipal de Urbanismo
14.03.17
Por sustratação de competências no Despacho
n.º 1117/2016 de 14 de Setembro de 2016, publicado
No B.O. n.º 1127 de 24 de Setembro de 2016



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Urbanismo
Departamento de Planeamento
Divisão de Plano Diretor Municipal

territórios, enquanto palco e suporte do desenvolvimento social e económico;

Daqui resulta a necessidade de elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) no contexto do projeto "ClimAdaPT.local", pretendendo-se integrar a estratégia nas ferramentas de planeamento municipal, bem como capacitar os serviços municipais e integrar os atores locais;

A participação na Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas proposta pelo projeto Climadapt.pt constitui uma oportunidade de aprofundamento e de articulação das várias políticas setoriais em desenvolvimento entre os 26 municípios que o integram, para o reforço de uma ação concertada e transversal de aumento da resiliência do território face aos cenários próximos e futuros resultantes das Alterações Climáticas;

Este trabalho constituirá uma ferramenta valiosa para a prossecução dos objetivos de adaptação climática e para uma maior sustentabilidade ambiental e, em suma, para uma melhor Cidade;

Para o efeito, se considera da maior relevância e oportunidade aprovar o projeto da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa e sujeitar a sua apreciação à Assembleia Municipal de Lisboa.

Elementos anexos:

- Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa
- Relatório de Ponderação da Discussão Pública


Gonçalo Belo
Divisão do Plano do Diretor Municipal
Departamento de Planeamento

ANEXOS DA PROPOSTA EM CD

- **Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa.**
- **Relatório de Ponderação da Discussão Pública**



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovadas na Reunião Pública de Câmara de 29 de março de 2017, as atas, as moções e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das atas n.ºs 150 e 152/2017 das reuniões de Câmara de 23 de fevereiro e 02 de março de 2017.

(Aprovadas por unanimidade)

Moção n.º 15/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores do PCP)

Aprovar a Moção no sentido de afirmar junto do Ministério de Educação e do Governo a necessidade da reativação e reabilitação da Escola Secundária Afonso Domingues, nos termos da moção;

(Aprovada por unanimidade)

Moção n.º 16/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Gonçalves Pereira)

Aprovar a Moção "Concessão, por arrendamento, do Cineteatro Capitólio, Teatro Raúl Solnado", nos termos da moção;

| | A favor | Contra | Abstenções |
|-----------------------------------|------------|-------------------------|-------------|
| Rejeitada com a seguinte votação: | 1 (CDS/PP) | 11 (7PS, 2Ind., e 2PCP) | 3 (PPD/PSD) |



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 160/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal a proposta de Suspensão Parcial e estabelecimento de Medidas Preventivas por motivo da alteração do Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz-Benfica, nos termos da proposta;

| Aprovada por maioria com a seguinte votação: | A favor | Contra | Abstenções |
|--|------------------------|--------|------------------------|
| | 10 (6PS, 2Ind. e 2PCP) | --- | 3 (2PPD/PSD e 1CDS/PP) |

Proposta n.º 161/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar o início do procedimento de delimitação da Unidade de Execução Quinta do Olival e Casal dos Abrantes e a abertura do período de discussão pública, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 162/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Manuel Salgado e José Sá Fernandes)

Aprovar o projeto da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa, para efeitos de submissão à Assembleia Municipal, nos termos da proposta;

| Aprovada por maioria com a seguinte votação: | A favor | Contra | Abstenções |
|--|----------------------------------|--------|------------|
| | 11 (4PS, 3Ind., 2PPD/PSD e 2PCP) | ---- | 1 (CDS/PP) |

Proposta n.º 163/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar submeter à Assembleia Municipal, para aprovação, a proposta de estabelecimento de Normas Provisórias por motivo da alteração do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente, nos termos da proposta;

| Aprovada por maioria com a seguinte votação: | A favor | Contra | Abstenções |
|--|-----------------|---------|------------------------|
| | 7 (4PS e 3Ind.) | 2 (PCP) | 3 (2PPD/PSD e 1CDS/PP) |



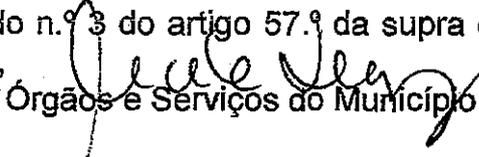
C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 171/2017

(Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Aprovar a atribuição do topónimo "Rotunda António Dias Lourenço", nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 29 de março de 2017

O Presidente


Fernando Medina

PROPOSTA 162/2017 – APROVAR O PROJETO DA ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DE LISBOA, PARA EFEITOS DE SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Vamos passar ao ponto 3, Proposta 162/2017

O Sr. Vereador José Sá Fernandes: - Depois o Sr. Arqtº. Paulo Pais depois tem uma apresentação que gostava que fosse feita.

O Sr. Presidente: - Peço desculpa, esta Proposta já aqui tinha vindo?

O Sr. Vereador José Sá Fernandes: - Sim portanto, esta é a Proposta de aprovação depois da discussão pública. Mas eu gostava só de fazer três notas iniciais porque são importantes do meu ponto de vista: uma vez é que na sexta-feira, eu vou participar na rede das cidades portuguesas com a das alterações climáticas e, portanto, estamos aí presentes; outra que ainda me parece mais importante é que Lisboa está neste momento a trabalhar e não quero dar a certeza absoluta, para que o grande Congresso Mundial das Alterações Climáticas ocorra em Lisboa em 2019. Portanto é um sinal de que estamos a trabalhar bem estas áreas. Tanto é assim que não só pela apresentação que há bocado fiz do rio seco como o facto de termos aumentado só neste mandato 105 hectares de mais áreas verdes, mais 30 mil árvores da cidade que, no fundo para combater a ilha de calor. Temos já trabalhos nas bacias de retenção para tentarmos trabalhar o problema da drenagem. Temos sido a 1ª capital a assinar o pacto dos autarcas para o clima e para a energia é, de facto, uma coisa que eu acho que é de estarmos, no fundo com as outras cidades portuguesas, mas também com a possibilidade desta grande conferência europeia sobre as alterações climáticas ser feita em Lisboa, acho que estamos a trabalhar no bom caminho.

O Arqtº. Paulo Pais não teve oportunidade de apresentar a proposta, julgo eu a última reunião, eu acho que isso é um tema completamente central, mas por motivos de agenda no poder ser apresentada, ela de facto já cá veio, houve discussão pública. Houve algumas alterações em benefício da própria proposta. Se o Arqtº. Paulo Pais prometer que for muito breve Sr. Presidente era bom que um assunto desta importância na Ordem do Dia pudesse ter uns minutinhos de atenção.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador, sim, desde que haja uma concentração fundamental e que seja mesmo breve, aliás que este tema será discutido também na Assembleia Municipal, é que já foi aqui apresentado.

Eu peço que seja muito breve, está bem, pelo adiantado da hora, já vi pela cara do Arqtº. Paulo Pais que podemos temer o pior não é, da sua apresentação. É capaz mesmo de mudar o "shift".

O Sr. Arqtº. Paulo Pais: - Eu vou passar alguns slides rapidamente, porque de facto não é muito rápido. É só dizer que nós, no âmbito do Plano Diretor Municipal temos um plano diretor já de 3ª geração, no sentido em que é em que adotou já uma política relativamente às alterações climáticas, e ele próprio prevê medidas de adaptação e mitigação e só chamar a atenção que a questão das alterações climáticas entraram essencialmente na agenda pública pelo lado da mitigação e, portanto, quer tentar evitar que as alterações ocorressem através do controlo das emissões de carbono e hoje sabemos que são inevitáveis e, portanto, o que é estruturante é a adaptação do próprio território e assumimo-lo no âmbito do Plano Diretor Municipal.

Dizer que esta estratégia foi elaborada no âmbito de uma rede de 26 cidades do continente e ilhas. Portanto, seguimos uma metodologia, no fundo, comum. Foi bastante participada, teve 3 seminários regionais 2 workshops com atores chave na sua própria elaboração. Isto ainda antes do próprio período formal de discussão pública na sua elaboração. Houve um seminário em Coimbra e, no fundo, houve uma provação para discussão pública.

Na discussão pública fizemos uma sessão de apresentação no CIUL no dia 20 de Janeiro, eu estava convencidíssimo que íamos ter no máximo meia casa, tive menos o CIUL completamente a abarrotar, cheio, o que me deixou bastante satisfeito surpreso por um lado, mas bastante satisfeito pelo interesse que o tema mereceu. Foram, no âmbito da discussão pública foram levantadas várias questões e, portanto, foi feita uma afinação inclusivamente da própria estratégia, enunciada estratégia, reformulação de algumas opções e a introdução de uma nova opção de adaptação no eixo "C", na área da governança.

Queria só dizer que, no âmbito do diagnóstico, nós tivemos 4 cenários críticos, há um 5º que está a ser, neste momento, estudado pela Faculdade de Ciências que é a questão da sobrelotação de maré face aos cenários de alterações climáticas até ao final deste século e, portanto, tomamos em atenção de precipitação intensa, ventos fortes de rajadas de tempo frio e tempo quente.

Para observar estes fenómenos no passado recente tivemos em consideração os registos do IPMA relativamente aos avisos amarelo, laranja e vermelho. Em que tivemos no fundo, no período 2009 a 2014, 124 períodos registados. Estes são os critérios que o IPMA utiliza para acionar os avisos. Estão aqui a título, de exemplo, precipitação intensa. Tivemos 44 datas identificadas. Ali a título de exemplo, o que é que aconteceu na cidade. O cenário 2 de rajada máxima e, portanto, aqui algumas situações também que ocorreram na cidade perfeitamente atípico, foi um tornado 14 de Abril de 2010 na zona de Santa Apolónia. O tempo frio 5 datas identificadas. E o tempo quente 16 datas identificadas.

Temos aqui ocorrência por anos e a chamava a atenção para o facto do contraste precisamente entre 2013 e 2014 em que, em 2013, nós temos apenas uma ocorrência relativamente a precipitação intensa, enquanto em 2014, temos 16 ocorrências de precipitação intensa.

E vão perceber que a correlação entre os danos e as ocorrências, muitas vezes a não há uma correlação completamente direta. Ou seja a questão da precipitação intensa provoca muito mais danos do que as ocorrências efetivamente registadas.

Temos aqui os danos provocados pela precipitação em 2013 em que houve apenas o registo de ocorrência, em que as inundações corresponderam a 36,2% dos impactos em 2013 e, obviamente, em 2014 em que foi um ano bastante pluvioso já correspondeu a 58% dos impactos. E portanto, percebemos que a precipitação é determinante para a resiliência do nosso território.

Fizemos uma análise da correspondência entre o registo das ocorrências a que os bombeiros e, portanto, os Serviços de Proteção Civil fizeram, porque sempre que são chamados eles registam o ponto em que foram chamados, e a correspondência entre esses pontos e o sistema húmido que está marcado no Plano Diretor Municipal. E percebemos que há uma grande coincidência entre o sistema húmido que está marcado no Plano Diretor Municipal e as ocorrências.

Relativamente aos impactos por vento: temos ali os corredores de ventilação que estão marcados no Plano Diretor Municipal e percebemos que não há uma correlação territorial evidente entre esses impactos, o que desde logo nos leva a concluir que as questões essencialmente precipitação são questões eminentemente de planeamento e de Ordenamento do Território e de infraestruturação do território, enquanto os impactos relativamente ao vento são fundamentalmente questões de gestão do território. É prender os painéis

de publicidade, é fazer manutenção dos edifícios etc., etc. E, portanto, para não haver o desprendimento de estruturas é a questão da manutenção do arvoredo etc. etc.. Portanto, tem muito mais a ver com questões de gestão de manutenção do que propriamente com questões de planeamento.

Seguimos uma ficha climática que nos foi fornecida pela Universidade e, portanto, com os vários cenários de aquecimento e no fundo, esse cenário diz-nos que no futuro, vamos ter maior ocorrência de precipitação intensa maior ocorrência de vento forte, mas as ondas de calor vão ser preponderantes no futuro e obviamente em contraste os dias de tempo frio serão menores. É evidente que iremos melhorar na medida em que há, uma perspectiva de aumento da temperatura. Relativamente ao granizo, vamos ter praticamente idêntico.

A visão estratégica é uma visão de uma cidade resiliente às alterações climáticas, preparada para o futuro e adaptada ao presente. Tem 4 eixos, num primeiro eixo "A", que se destina fundamentalmente às ações de planeamento que é planeado território e preparar o território. Um eixo "B", que é fundamentalmente dedicado à gestão do território, portanto, uma gestão preparada para os riscos e um eixo "C" que é fundamentalmente dedicada às questões de governança e de envolvimento da população, de envolvimento dos vários atores no papel que têm que ter relativamente às alterações climáticas. Depois em cada um dos eixos, nós, no fundo, temos aqui as várias linhas programáticas que depois se desenvolvem em árvore para as várias ações. Aqui não se consegue ler, é só para percebermos, conceptualmente como é que arrumamos a estratégia. Tinha aqui mais coisas, tenho aqui alguns exemplos de fichas depois das ações. Isto é uma ficha do Eixo "A", isto é uma ficha do eixo "B", e isto é uma ficha do eixo "C". E para ser mais breve termino aqui e com alguma, e peço desculpa pela rajada de palavras

O Sr. Presidente: - Muito bem Sr. Arqto.. Muito obrigado e parabéns pela estratégia e pela síntese.

Srs. Vereadores não há questões? Vamos então votar.

Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Obrigado Senhor Presidente.

Pois, estamos perante uma estratégia de adaptação e, como eu já disse anteriormente, aquilo que nós gostaríamos de ver era uma maior interligação destas questões com as questões do combate propriamente dito.

Eu sei que existem estratégias de combate, mas do nosso ponto de vista para que isto fosse uma estratégia eficaz em global, completamente o que não quer dizer que a adaptação que está prevista, aliás, tudo aquilo que foi exposto e até um pouco mais, não vão no sentido de adaptar o território às alterações que, enfim, se preveem que vão acontecer. Mas, como digo, gostaríamos de ver uma maior ousadia uma maior interligação nesta estratégia de adaptação às estratégias de combate às alterações climáticas, nomeadamente quando se quando é preciso enfrentar questões como a descarbonização da economia, questões como a gestão de recursos hídricos de resíduos em função da diminuição das necessidades energéticas; e em função da diminuição das emissões. E, portanto, quer dizer estas duas vertentes quanto a nós, precisavam de ser ainda melhor exploradas do que aquilo que se nos é presente neste momento e, portanto, nós não reprovamos esta estratégia e não estando contra elas achando que ela é necessária e é benéfica, entendemos ainda assim que poderia ir mais longe. E que deveria ir mais longe, esperamos que no debate da Assembleia Municipal que seja feito sobre isto estas questões possam então ser mais dirimidas e se possa ir no sentido que preconizamos.

Obriga Senhor Presidente.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito obrigado. Srs. Vereadores, vamos votar para então submeter à Assembleia Municipal. Ponto 3, Proposta 162/2017. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada com a abstenção do CDS e o voto favorável dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 162/2017 a qual foi aprovada por maioria com 11 votos a favor (4PS, 3Ind., 2PPD/PSD e 2PCP) e 1 abstenção (CDS/PP)